

Salários e custo da vida

36-12-948

IV

O custo da produção, embora exerça influência no nível dos preços e no custo da vida, não serve, por via de regra, de estalão para os fixar. Causas muito diferentes desta influem tanto, ou mais ainda, nas variações dos preços. Um exemplo curioso, foi-nos fornecido por um operário marceneiro que acaba de nos escrever uma carta, cheia de erros de gramática, e caligrafia inculta, mas reveladora de espírito de observação. Outros diriam de espírito... científico.

Diz-nos o humilde marceneiro, a confirmar a doutrina do nosso último artigo: «Imagine V. que, há um ano, fiz, em casa do meu patrão, determinado móvel de madeira que me levou 13 dias de trabalho. Eu ganhava 20\$00 por dia e o patrão levou pela obra mil escudos. Há 3 meses, fiz outro precisamente igual, pelo qual o patrão levou mil e quinhentos escudos. Ora eu só ganho agora mais um escudo por dia e a madeira deste segundo móvel custou-lhe a ele mais barata do que a do primeiro. Tendo aumentado a mão de obra apenas treze escudos, e obtendo a madeira mais barata, veja V. quanto ele ganhou! Contudo recusou-se a aumentar-me o salário, apesar de dizer ao freguês que a obra ficava mais cara por causa do aumento dos salários».

Quere dizer: o custo da produção em nada determinou o preço da obra. E, como este, podíamos apontar milhares de exemplos. Dizia-nos, há dias, um industrial da Covilhã que nunca os industriais tanto ganharam como agora, apesar do tabelamento da produção e da fixação de salários. Mais uma vez se prova que o «custo da produção» não passa de um bem achado papão para se atirar à sensibilidade do público desconhecedor dos meandros da economia.

E, se passarmos da economia privada para a economia nacional, então mais flagrante se torna ainda a alucinação. Dois minutos bastam, porém, para destruir o encantamento.

E' evidente que, numa economia privada (a dum industrial ou comerciante por exemplo), a renda ou o lucro, digamos, o enriquecimento, individual cifra-se na diferença entre a receita bruta e as despesas totais. Quanto maior tiver sido esta diferença, tanto maior será o seu lucro ou o seu enriquecimento. Até aqui estamos todos de acôrdo. Mas o mesmo não acontece se olharmos para o problema sob o ponto de vista nacional, isto é, se pretendermos fixar qual é a renda ou o enriquecimento de toda a economia da Nação.

Os mercantilistas supunham que a economia nacional se poderia encerrar como um todo único, isto é, como se fosse um só grande industrial. Ora um indivíduo enriquece na proporção dos seus lucros líquidos e na medida em que vai encaixando o dinheiro economizado. Logo também a Nação enriquece na medida em que, nas suas fronteiras, entrar mais ouro e prata do que sair. E para avaliar a diferença, inventaram a balança do comércio, outra confusão da economia. Era um critério próprio de um taberneiro, que vai saber, para julgar do seu enriquecimento (mas não com razão), quanto dinheiro

Os fisiocratas, que tanto reagiram contra o mercantilismo, caíram também no mesmo erro. Para eles, só a agricultura é produtora de riqueza. Ora o rendimento dum proprietário agrícola vem a ser a diferença entre os gastos anuais e as receitas das suas vendas. Pelo mesmo critério, o rendimento nacional vem a ser a soma dos rendimentos de cada agricultor. Somando o rendimento líquido de cada um, teremos, diziam eles, a renda, ou o enriquecimento da economia nacional.

Não foram mais prespicazes os economistas do liberalismo clássico, só com a diferença de terem aceite serem produtoras tôdas as actividades tanto agrícolas como industriais. Também para estes o rendimento líquido da economia nacional era a soma dos lucros líquidos de cada um dos empresários ou patrões. Por conseguinte, para saber qual o enriquecimento nacional, é preciso deduzir do valor de todos os produtos agrícolas e industriais, a soma dos gastos feitos com a produção, isto é, deduzir o custo da produção.

Este raciocínio que parece, á primeira vista, muito lógico, só é defensável sob o ponto de vista individual: este e aquele industrial, este e aquele agricultor enriquecem na medida dos seus lucros líquidos, isto é, da diferença, entre as receitas brutas e o custo ou gastos da produção. Mas um economista ou um governante não podem olhar para a economia nacional com semelhantes lunetas de afilativa tacanhez.

Se assim fôsse, os salários, que são considerados parte integrante do custo da produção, empobreciam a Nação! Quanto maiores eles fôsem, mais miserável seria todo o povo, porque aumentavam o custo da produção e diminuíam, portanto, o lucro líquido global, ou seja, como eles faziam, o rendimento nacional. E, de facto, para estes economistas — e para os seus sucessores do dia de hoje — os trabalhadores são uma espécie de flagello nacional. Se não houvesse que destinar-lhes uma parte importante das receitas brutas da economia, tudo seria formoso, porque seria esplêndida a renda nacional!

Deste critério primaríssimo, mas infelizmente tão espalhado e tão aceite, nasce não só a relutância em elevar os salários a um nível decente (para não aumentar as despesas da produção nem diminuir, portanto, o enriquecimento nacional!), como também a indiferença pelo problema do desemprego. Com efeito, pelo mesmo raciocínio, quantos mais desempregados houver, menos se paga de salários e maior será o rendimento da economia nacional!

Não vêem que, para o trabalhador o salário constitui uma renda, e que tanto maior será a soma dos rendimentos individuais quanto maior for o numero de pessoas a ter rendimentos. Sob o ponto de vista colectivo, tanto somam 1.000 parcelas de um milhão cada uma, como um milhão de parcelas de mil cada uma. Por-

tanto, para o rendimento da economia nacional, tanto importa que o produto seja repartido por mil, como por um milhão. Ele é sempre o mesmo. Simplesmente, só no segundo caso é que se realiza a justiça social.

O conceito de «custo de produção» tem, portanto, de ser banido do estudo da economia nacional, como, de facto, já tem sido pôsto inteiramente de lado pelos mais modernos economistas.

O que interessa a uma Nação é que todos os seus membros disponham dos produtos suficientes para satisfazer as suas necessidades. Uma nação será tanto mais próspera quanto maior for a soma do produto do trabalho, isto é, quanto mais produzir e melhor repartir o que produz. Porque afinal a humanidade, considerada como um todo, não paga nem compra as matérias necessárias para a produção, mas vai simplesmente buscá-las ao nosso planeta, não necessitando, portanto de mais nada, senão de trabalho.

O custo da vida não depende do custo da produção, nem muito menos dos salários, mas da maior ou menor capacidade de trabalho de um povo, e da melhor ou pior repartição dos produtos do seu esforço. A vida encarece porque se não aproveita devidamente a força do trabalho ou porque alguns chamam para si a maior parte da riqueza, deixando os demais sem possibilidades de a adquirir.

ABEL VARZIM